



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Linha de Pesquisa: Geografia Rural e Agrária (Meio Ambiente Rural)

Monografia de Graduação:
**AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO NOSSA
SENHORA DE FÁTIMA, BANANEIRAS/PB**

JEAN JERDSON PEREIRA

Guarabira – PB
Junho 2011

JEAN JERDSON PEREIRA

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DE
FÁTIMA, BANANEIRAS – PB**

Monografia apresentada no Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, orientado pela Professora Mestre Alecsandra Pereira da Costa Moreira, na linha de pesquisa: Geografia Rural e Agrária (Meio Ambiente Rural), como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Guarabira – PB
Junho 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

P436a

Pereira, Jean Jerdson.

Agricultura familiar no assentamento Nossa Senhora de Fátima / Jean Jerdson Pereira. – Guarabira: UEPB, 2011.

49f.

Monografia - Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Alecsandra Pereira da Costa Moreira.”

1. Reforma Agrária 2. Assentamento 3. Latifúndio
I. Título.

22. ed. CDD 333.31

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO NOSSA
SENHORA DE FÁTIMA, BANANEIRAS/PB**

por

JEAN JERDSON PEREIRA

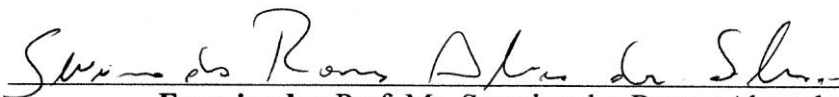
Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Geografia como cumprimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Monografia aprovada em ___ de junho de 2011, com nota: ____.

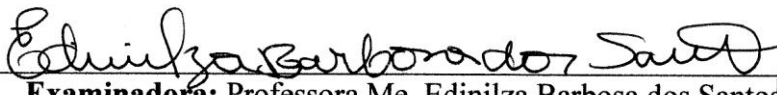
BANCA EXAMINADORA:



Orientadora: Professora Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira
(Professora Substituta da UEPB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba - IFPB)



Examinador: Prof. Ms. Severino dos Ramos Alves da Silva
(Professor Coordenador dos cursos de graduação do Centro de Ensino, Pesquisa e Inovação- CENPI/ Faculdade Integrada de Tecnologia e da Educação e Ciências-FITEC; Prefeitura Municipal de João Pessoa)



Examinadora: Professora Me. Edinilza Barbosa dos Santos
(Prof.^a. da Prefeitura Municipal de Bayeux; Prof.^a. Substituta da UEPB)

Guarabira – PB
Junho 2011

DEDICATÓRIA

Dedico primeiro ao meu grande Deus que me fortaleceu diante de tantas dificuldades, aos meus eternos e amados avós, João Amaro Pereira (*in memoriam*), Manuel Benedito Jerônimo (*in memoriam*) e a minha humilde família.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Hilda Maria Pereira e José Amaro Pereira, por nunca medirem esforços para me ver crescendo e conquistando o meu espaço na vida.

A minha noiva e futura esposa Ariagny Fabricia Costa de Lima que sempre me incentivou a estudar e batalhar pelas coisas que acredito, dando-me força nos momentos difíceis.

Ao meu presente amigo e esposa Gean e Liana, companheiros de todas as horas e por quem tenho profunda admiração e respeito.

Aos colegas de turma e aos professores em nome de Amanda Christinne Nascimento Marques, os quais ficaram vivos para sempre em minha memória.

A minha orientadora a professora Mestre Alecsandra Pereira da Costa Moreira, responsável pelo meu êxito na pesquisa monográfica com orientações objetiva e sempre paciente, a quem desejo tudo de bom seja na vida profissional ou pessoal.

Aos meus colaboradores no trabalho de campo Maria Edileusa Porpino dos Santos, com conselhos sempre sábios e a Márcio André de Lima assessor da agricultura e meio ambiente da Prefeitura Municipal de Belém.

A minha eterna professora e amiga Maria Aparecida Palmeiras de Vasconcelos, responsável pelo meu ingresso no curso de licenciatura em Geografia e a todos do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.

Lista abreviaturas

CEP - Código de Endereçamento Postal
CNPA - Comissão Nacional de Política Agrária
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
CPT - Comissão Pastoral da Terra
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
GEBAM - Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR - Imposto Territorial Rural
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento dos Sem Terra
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a questão agrária no Brasil tomando como referência as relações camponesas existentes no Assentamento Nossa Senhora de Fátima, Bananeiras/PB. Para tanto, foram utilizados como referenciais teórico-metodológicos os seguintes autores: Andrade (1986), Stedille (2005) e Castro (1982), para discutir a Reforma Agrária e a estrutura fundiária do Brasil; Aquino (1986), Freitas (1984), Fiabani (2005), Pinsky (2004), Silva (1980), Luna (1968), Leal (1949), Mello (1988), Vieira (1956) e Costa (1966) para debater acerca da escravidão e a suas implicações no campo; além de Moreira (1997) e Oliveira (2001) no tocante as questões referentes as lutas e tensões travadas com a finalidade de um uso justo da terra. Com base nestes autores fundamentamos as distintas formas de entendimento entre camponeses e latifundiários com relação aos valores que a terra pode apresentar. Desse modo, buscamos apresentar a visão dos latifundiários a partir do discurso da necessidade de obtenção de lucros mesmo que este se dê através da expropriação e da escravização da mão-de-obra, e o olhar dos camponeses que buscam na agricultura uma reestruturação justa da distribuição de terras para quem deseja trabalhar e deixar de ser privado ao método arrendatário por meio de uma Reforma Agrária, que não seja apenas factoides de programas eleitorais. Para isso os camponeses pobres se organizam em movimentos sociais no intuito de resolver ou ao menos amenizar o que o colonialismo impregnou e que a Lei de Terras de 1850 consolidou. A inclusão precária dos pobres seja ela em pequenos lotes improdutivos ou em aglomerações subnormais tem resistido de forma brava a todo um sistema bem representado em todas as esferas de poderes, que os marginalizam e os discriminam. Todavia não deixam de acreditar e fazer com que a Agricultura Familiar seja responsável pela mudança do seu modo de vida, fato visto nas melhorias dos assentados da comunidade Nossa Senhora de Fátima.

Palavras-chave: Reforma Agrária, latifundiários, assentamento e camponeses.

ABSTRACT

This work has as objective generality to analyze the agrarian question in Brazil being taken as reference the relations peasants in the nesting. Ours Mrs. of Fatima, Bananeiras/PB. For in such a way, the following authors had been used as referential theoretician-methodological: Andrade (1986), Stedille (2005) and Castro (1982) to discuss the Agrarian Reform and the land structure in Brazil; Aquino (1986), Freitas (1984), Fiabani (2005) Pinsk (2004), Silva (1980), Luna (1968), Leal (1949), Mello (1988), Vieira (1956) and Costa (1966) to discuss about the slavery and its implications in the field; beyond of Moreira (1997) and Oliveira (2001) with regard the referring questions the fights and tensions fought with the purpose of a use right of the land. On the basis of these authors the different ways of understanding between peasants and landowners with relation to the land may submit. In this manner, we search to present the vision of the large estate owners from the speech of the necessity of attainment of profits same that this if gives through the expropriation and of the slavery of the man power, and the look of the peasants who search in agriculture a reorganization right of the land distribution for who desire to work and to leave of to be private to the method leaseholder by means of the Agrarian Reform, that not either only factoids of electoral programs. For this the poor peasant if organizes in social movements in intention to decide or the least to brighten up what the colonialism impregnated and that the land Law of 1850 consolidated. The precarious inclusion of the poor persons is it in small unproductive lots or in subnormal agglomerations it has resisted of brave form all a system represented in all the spheres of being able well, that they keep out of society them and they acquit them. However they do not leave to believe and to make with that Familiar Agriculture is responsible for the change in its way of live, fact seen in the improvements of seated of the community Ours Mrs. of Fatima.

Key words: The Agrarian reform, landowners, nesting and farmers.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 - A Questão Agrária no Brasil	13
1.1 Estrutura Fundiária do Brasil.....	17
Capítulo 2 – A Estrutura Agrária na Paraíba e no Município de Bananeiras/PB	25
2.1 Historiografia e História da Paraíba.....	25
2.2 Estrutura Agrária na Paraíba.....	26
2.3 Histórico de Bananeiras/PB.....	28
2.4 Tensões pela posse da terra no município de Bananeiras/PB.....	29
Capítulo 3 – Práticas Camponesas no Assentamento Nossa Senhora de Fátima	30
3.1 Localização e caracterização do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.....	30
3.2 Conflitos pela posse de terras na microrregião do brejo paraibano e no município de Bananeiras/PB.....	33
3.3 Práticas Agrícolas e as mudanças ocorridas na vida dos camponeses do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.....	37
Considerações Finais	41
Referências	43
Anexos	

Lista de Figuras

Figura 1: Tratado de Tordesilhas e as Capitanias Hereditárias.....	14
Figura 2: Área dos imóveis Pequenos, Médios e Grandes-2003.....	18
Figura 3: Localização do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.....	31
Figura 4: Acesso principal ao Assentamento.....	32
Figura 5: Uma das primeiras residências construída após a ocupação.....	35
Figura 6: Uma das casas construída após a distribuição dos lotes do Assentamento pelo INCRA, que serve como escola para as crianças e sede da associação do Assentamento.....	36
Figura 7: Camponês que lutou até o último dia de sua vida pelo Assentamento.....	37
Figura 8: Agricultor preparando-se para comercializar seu leite produzido no Assentamento.....	39

Lista de Quadros

Tabela 1: Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários Paraíba - 1970/2006	27
Tabela 2: Caracterização do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.....	31
Tabela 3: Endereçamento postal do Assentamento.....	33
Tabela 4: Brasil – Números de ocupações e de famílias por Região – 1988 – 2009	33

Introdução

A realização de um trabalho acadêmico baseado na comunidade Nossa senhora de Fátima sempre foi um desejo meu ao ingressar na vida acadêmica (2005), no curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o fato da minha proximidade com a localidade por ter familiares no assentamento alimentou ainda mais o desejo de realizar um trabalho de Conclusão de Curso sobre os camponeses da comunidade, deixando um legado da sua história como documento. De acordo com Stedille (2005) os estudos acadêmicos e científicos da realidade agrária no Brasil são recentes e consequentes do sistema latifundiário, tendo o primeiro debate de ideais e teses sobre a propriedade e uso da terra no Brasil somente na década de 1960.

A Geografia sempre foi uma das disciplinas que despertou em mim curiosidades, e que me fez optar por essa trajetória acadêmica. A partir dessa ciência aprendi a estudar a origem da invasão e não da descoberta do Brasil, como alguns autores afirmam; os diversos ciclos econômicos passados e existentes em nosso país; massacres de índios e escravos; exploração do trabalho por meio de baixos salários; má distribuição de renda e políticas centralizadas para o bem da classe predominante (capitalista) são fatos que me farão ir além deste trabalho monográfico e futuramente trabalhar na construção de uma pesquisa mais aprofundada, com intuito de mostrar e até mesmo de enriquecer a História da comunidade trabalhada, com fatos verídicos vivenciados pelos próprios camponeses.

Como referencial teórico-metodológico para construção desta monografia foram utilizados os seguintes autores: Andrade (1986), Stedille (2005) e Castro (1982), para discutir a Reforma Agrária e a estrutura fundiária do Brasil; Aquino (1986), Fiabani (2005), Pinsky (2004), Silva (1980), Luna (1968), Leal (1943), Mello (1988), Vieira (1956) e Costa (1966) para debater acerca da escravidão e a suas implicações no campo; além de Moreira (1997) e Oliveira (2001) no tocante as questões referentes as lutas e tensões travadas com a finalidade de um uso justo da terra. A fundamentação teórica destes autores com a pesquisa de campo resultou na divisão desse trabalho em três capítulos.

No capítulo I há uma discussão da Questão Agrária e a estrutura fundiária do Brasil, abordando as lutas e as tensões dos primórdios da História brasileira à atualidade, travadas

por índios, escravos, peonagem (escravidão branca), assalariados e inclusão precária¹ em morros das grandes cidades contra o sistema econômico que molda e molesta o Brasil. E mostra que a migração campo-cidade tem provocado um inchaço cada vez maior nas cidades independentemente das suas dimensões territoriais, por pessoas carentes de qualificação profissional e baixos índices de escolaridade. No campo esse movimento populacional cria um déficit crescente na produção de bens agrícolas para a população brasileira.

O capítulo II destaca a Historiografia e História da Paraíba: começando pelo massacre da população nativa pelo domínio das terras submetendo os chamados índios a escravos cuja tentativa foi fracassada, ao tráfico dos negros trazidos da África para os trabalhos forçados da agricultura e serviços domésticos, relatando a presença da força negra na formação e construção do espaço paraibano, presença que pode ser considerado em nível de Brasil. Outra questão abordada é a estrutura fundiária da Paraíba: com as transformações da paisagem agrícola destinadas ao consumo humano para o cultivo de pastagem de animais dos grandes proprietários de terras. E por fim, trazemos aspectos importantes do município de Bananeiras/PB, que têm sido utilizados para atrair turistas e gerar capital, tais como: a vegetação e o clima ameno, mas que por outro lado apresenta também tensões pela posse da terra através dos fazendeiros e camponeses.

O capítulo III trabalha com a localização, caracterização, conflitos e as práticas agrícolas do Assentamento Nossa Senhora de Fátima, mostrando que apesar da localidade está situada no município Bananeiras, devido a acessibilidade os camponeses têm como referência a cidade de Belém/PB, onde se utilizam dos sistemas de educação, saúde e do meio de acompanhamento agrícola feitos por técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e da prefeitura de Belém/PB.

¹ Vide Martins (2004).

Capítulo 1: A questão Agrária no Brasil

Este capítulo apresenta a questão agrária e estrutura fundiária do Brasil, mostrando que apesar das lutas e tensões que decorrem da época da ocupação até a atualidade, travadas pelos índios, escravos e a peonagem contra o sistema latifundiário, o Brasil ainda não conseguiu solucionar a Reforma Agrária, fazendo com que o camponês migre para as cidades.

De acordo com Stedille (2005, p.16) a Reforma Agrária é uma expressão utilizada para fazer menção a um bem da natureza, a terra. Assim, o conceito de Reforma Agrária, deve ser compreendido a partir de um olhar sobre a forma como as sociedades vêm ocupando, desterritorializando e reterritorializando os espaços. No Brasil, conforme o citado autor:

Os estudos acadêmicos e científicos da realidade agrária no Brasil lamentavelmente são muito recente consequentes do longo período de “escuridão” científica que nos impuseram os 400 anos de colonialismo, tendo o primeiro debate de idéias e teses sobre a propriedade e uso da terra no Brasil somente na década de 1960. (STEDILLE, 2005, p. 16)

A partir desses estudos percebemos que o uso da terra ao longo do tempo no Brasil é bem diversificado. Podemos de forma geral estabelecer como marco divisor a Lei de Terras de 1850 e a abolição da escravatura em 1888.

A escravidão no Brasil deu-se com os índios ainda no período de “descobrimento” do território no início do século XVI, antes mesmo do Brasil ser dividido em Capitânicas Hereditárias, que foram grandes lotes de terra, através de doações feitas por Portugal a Donatários.

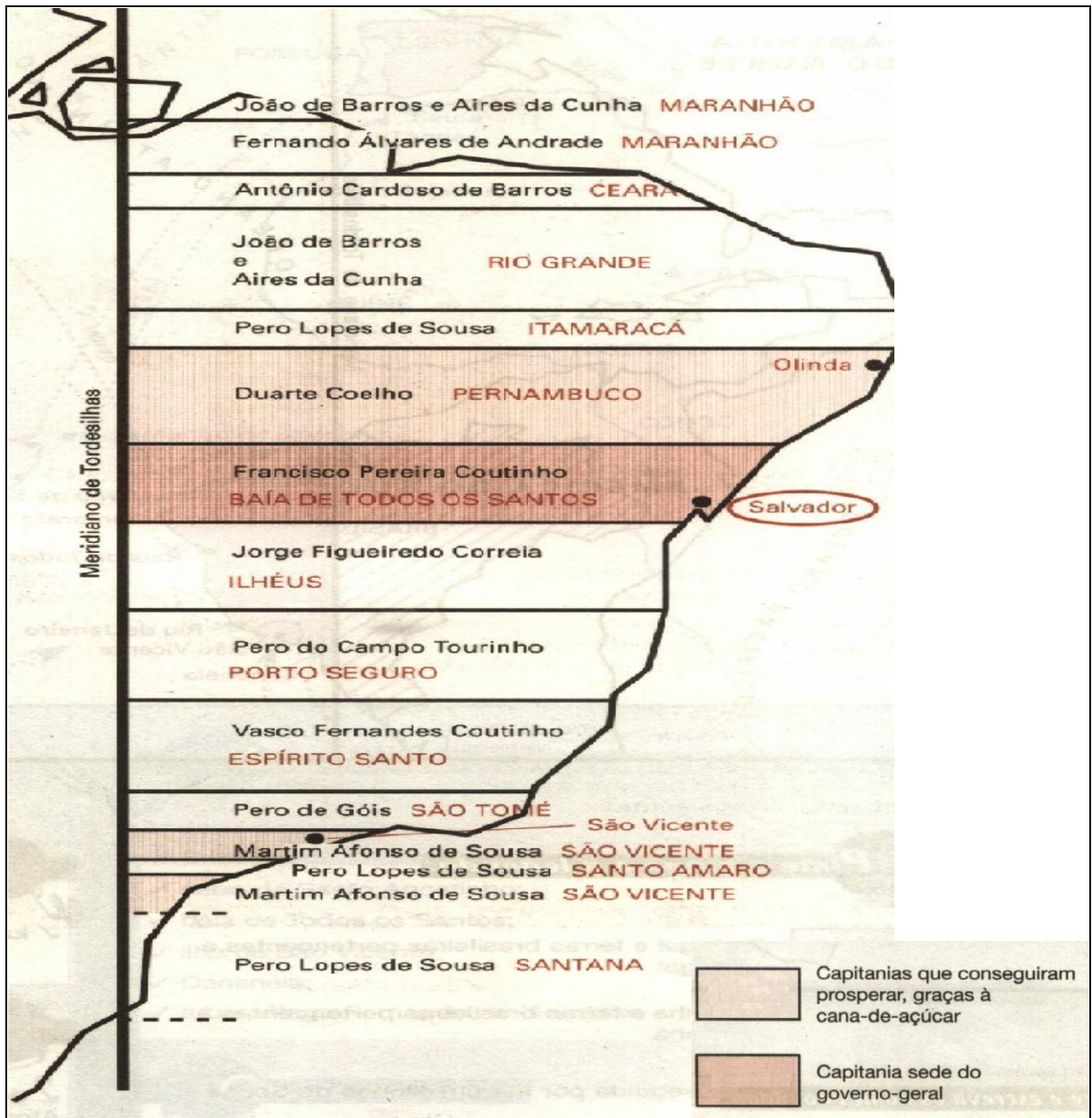


Figura 1: Tratado de Tordesilhas e as Capitanias Hereditárias.
Fonte: Piletti Piletti (1995).

Para que acontecesse a exploração do pau-brasil, árvore abundante na Mata Atlântica na época do descobrimento do Brasil, mas que na atualidade quase foi extinta pelo homem, os nativos foram utilizados como mão-de-obra escrava. Mas apesar dos maus tratos, super exploração e contágio de diversas enfermidades trazidas pelos europeus, os índios resistiram ao modo de escravidão, fracassando assim a tentativa dos portugueses de obterem a mão-de-obra necessária para produção de altos lucros com a nova colônia. Luna (1968, p. 95) afirma:

A princípio, os escravos foram os índios que não submeteram, sem violentos protestos, aos cativeiros. Segundo ele, o nativo, pela natureza de temperamento e costumes, habituado à liberdade da vida nômade das

florestas e das praias livres, nunca constituiu o tipo ideal do trabalhador que a voracidade lusa desejava.

Diante das dificuldades encontradas na escravização dos indígenas, a solução encontrada pelos colonizadores foi buscar a força de trabalho em outro lugar (Continente Africano) através do tráfico de escravos para desempenhar atividades relacionadas agora na zona açucareira e não mais na exploração do pau brasil.

Para Pinsky (2004, p. 11) a escravidão² vem desde a antiguidade, quando na mesopotâmia e no Egito grande número de trabalhadores era recrutado para trabalhar em obras públicas como barragens ou templos.

A escravidão imposta aos negros trazidos da África para o Brasil era feita de forma subumana, os mesmos passavam por diversas humilhações, expresso nas vestes seminuas, em máscaras com intuito de ridicularizá-los ou precaver que os mesmo não obtivessem ouro, (ciclo que teve seu auge durante todo século XVIII), nas minas de trabalhos, para venda em benefício próprio. Os trabalhos forçados tinham uma média de 15 a 18 horas por dias.

Segundo Pinsky (2004, p.36): “os escravos eram retirados de seu habitat, de sua organização social, do seu mundo, é natural que estivesse atemorizado diante de uma nova condição que, ao menos de início, nem chegava a compreender devidamente”.

Os escravos para os brancos Europeus não passavam de meras mercadorias valiosas, no desempenho de trabalhos exaustivos, como na produção de açúcar, mineração, cultivo de café e servidão nas casas dos senhores feudais.

Segundo Costa (1966, p. 93) a escravidão consolidou-se como componente essencial para o processo de produção de riqueza e a violência como mediadora do conflito entre escravistas e trabalhadores escravizados.

Apesar da grande opressão imposta aos escravos, pelos latifundiários, os mesmos lutaram para ter sua liberdade com batalhas e fugas, dos campos de trabalhos forçados.

Os escravos fugiam e formavam os quilombos, redutos de defesa, praticando horticultura, com plantação de banana, legumes, batata, mandioca, milho, feijão e outros, para suprimir as suas necessidades, que geralmente era insuficiente, porém estes quilombos representavam para os escravos uma forma de tentar abolir a escravatura, e geralmente eram situados em lugares de difícil acesso, pelos obstáculos naturais. O mais famoso dos quilombos foi o de Palmares, de acordo com Fiabani (2005, p.104-105):

² De acordo com Pinsk (2004) escravizar é sujeitar um homem a outro de forma completa, como uma propriedade.

Quilombo de Palmares recebeu este nome devido à abundância de palmeirais. [...] Um sitio naturalmente áspero, montanhoso e agreste, com tal espessura e confusão de ramos, que em muitas partes é impenetrável a toda luz [...]. Um mundo animal de onças, chacais [sic], serpentes e mosquito, todos uma ameaça mortal para o homem [...]. Sua exuberância como que esmagava e oprimia a vida. O clima versátil oscilava entre frios duros e estiagens destrutivas.

Os negros capturados eram trazidos acorrentados em porões superlotados, úmidos e com pouca ventilação quase a metade deles morriam durante o trajeto, a vinda desses escravos para o Brasil injetou grande acumulação de riquezas a Portugal, pois o comércio de escravos era bastante lucrativo e ainda conseguia produzir o açúcar com um preço muito abaixo dos concorrentes aqui no Brasil.

No final do século XVIII a Inglaterra exigia o fim do tráfico dos escravos, isso porque para ampliar o mercado consumidor de seus produtos manufaturados, era necessário multiplicar também o número de trabalhadores assalariados.

Com todas essas pressões impostas pela Inglaterra, a escravidão foi cessando até dá-se por terminada com a Lei Áurea, mas antes desta lei de 1888 assinada pela Princesa Isabel, houve uma preocupação advinda dos senhores donos de terras em relação as suas propriedades, oriundas de invasão e expropriação dos índios, em perderem espaço para os escravos que se rebelaram e organizaram-se em diversos quilombos e caminhavam à libertação. Sendo assim, carecia uma justificativa para que estas terras não saíssem de suas mãos, através da implementação de uma lei que garantisse este poder. Segundo Stedille (2005, p.23):

Em 1850 foi promulgada a lei da terra, criando a propriedade privada, evitando que os ex-escravos apossassem das terras após da abolição da escravidão essa característica visava, sobretudo, impedir que futuro ex-trabalhadores escravizados, ao serem libertos pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem não teria, portanto, recursos para “comprar” pagar pelas terras a coroa. E assim continuariam a mercê dos fazendeiros, como assalariados.

A promulgação da Lei de Terras de 1850 teve como consequência, garantir o que já existia, a centralização do poder nas mãos de poucos, que se baseava na terra, que nesta época determinava o poderio dos senhores fazendeiros que se valiam das mesmas para impor suas vontades. Para Stedille (2005, p.25):

A lei da terra também é a mãe da favela nas cidades brasileiras, porque os melhores terrenos nas cidades, já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes, sendo assim esses trabalhadores negros foram, então, a busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam aos capitalistas.

Depois de encerradas a escravização dos índios para a exploração do pau-brasil e dos negros para o ciclo da cana-de-açúcar, o Brasil com a necessidade, de mão-de-obra para trabalhar na produção do café (entre meados do século XVIII ao XIX), fez com que os fazendeiros levassem a promessa de “Eldorado”, com terra fértil e barata aos camponeses pobres da Europa, sendo assim entre 1875-1914 mais de 1,6 milhões de camponeses vieram ao Brasil. Tal migração cessa nesse período, porque a mesma usava basicamente os transportes marítimos para adentrarem no país, fato que ficou impossibilitado devido a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918).

1.1 Estrutura Fundiária do Brasil

Segundo dados do IBGE o Brasil, possui uma superfície de 8, 511 milhões de quilômetros quadrados e uma população estimada em 190 milhões de habitantes, tem uma economia dinâmica, hoje em crescente desenvolvimento, dentro de um cenário de estabilidade econômica, porém os problemas relacionados a terra ainda permanecem. Como podemos observar na figura a seguir:

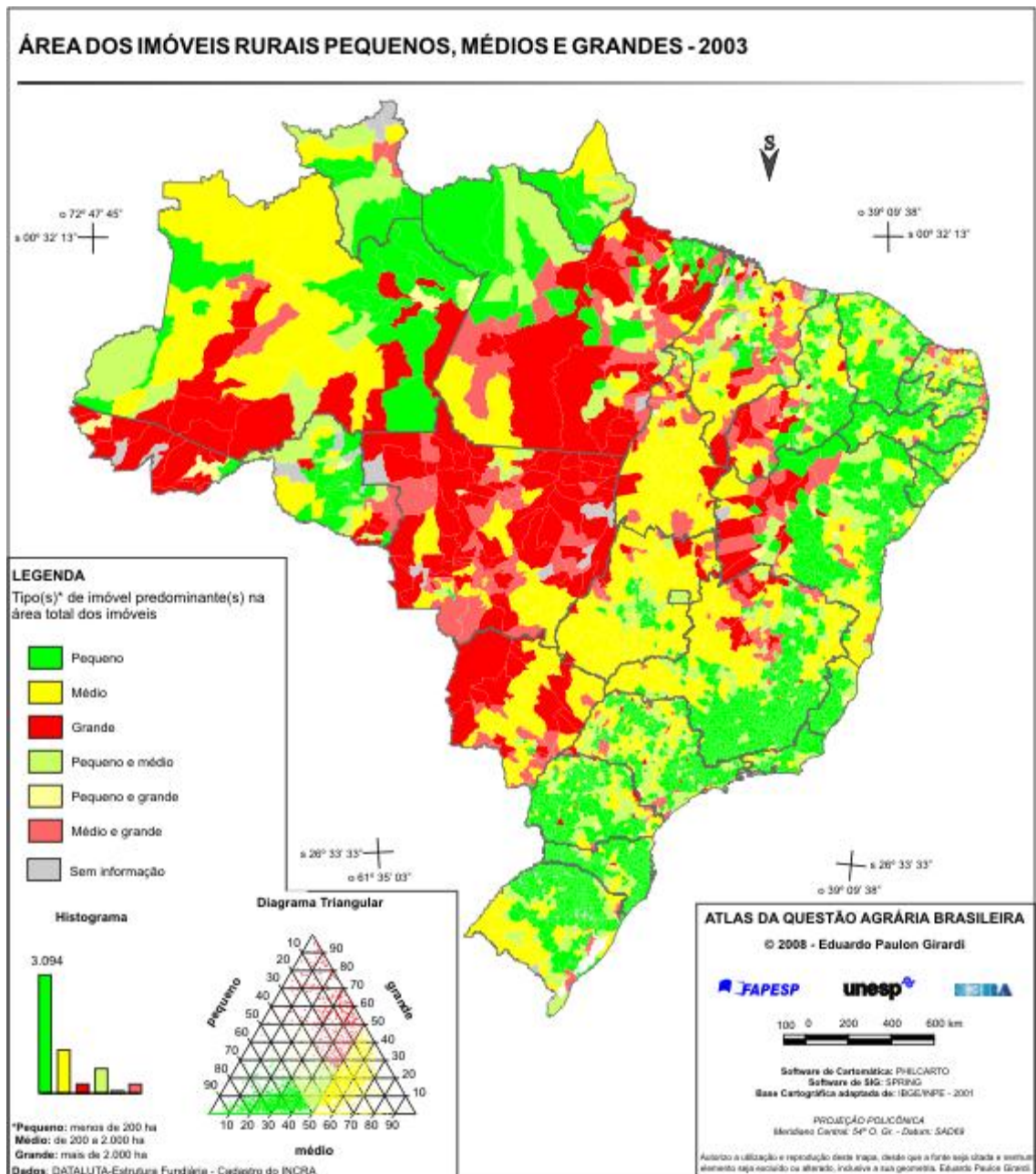


Figura 2: Área dos imóveis Pequenos, Médios e Grandes-2003.

Fonte: Girardi (2008)

Apesar do Brasil apresentar uma extensa área territorial composta de milhares de minifúndios onde são praticadas culturas de subsistência, conforme o autor:

A distribuição de renda está entre os piores do mundo, estimando-se que há no Brasil mais de 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria absoluta, ou seja, quase sete milhões de famílias (18% do total) são classificadas como indigentes, e mais 38% delas, ou seja, mais 14 milhões, como pobres. (OLIVEIRA, 2001, p.186).

A função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, seguindo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, conforme o Art. 186 da constituição de 1988:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores

A centralização de grandes latifúndios nas mãos de poucas pessoas vem tirando do camponês a possibilidade de sua existência no campo, sendo obrigado a vender seus pequenos imóveis para ir à busca de sobrevivência nos bolsões de miséria das médias e grandes cidades.

No contexto histórico brasileiro o pequeno e médio produtor rural sempre foi contido pelo capitalismo itinerante, sob forma de sanções ou marginalização, até mesmo com denominações impróprias: ingênuos, atrasados, tolos e preguiçosos.

Com as privações impostas ao camponês uma das alternativas encontrada por ele foi o movimento migratório rural-urbano, o que vem impulsionando e transformando as paisagens naturais, com favelas que representam a inclusão precária dos mesmos. Ainda baseados nas disparidades, que são os números de terras não aproveitadas para fins agropecuários, fruto da concentração fundiária:

A concentração fundiária no Brasil da terra tem algo em comum na História mundial, pois na História jamais houve propriedades privadas com uma dimensão territorial como as encontradas no Brasil. A soma das 27 maiores propriedades privadas no Brasil é igual à superfície do estado de São Paulo, acoplando a área das 300 maiores propriedades privada equivaleria a duas vezes o território do mesmo estado. (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Entretanto, muito se fala em estrutura fundiária no Brasil, mas infelizmente poucas são as soluções apresentadas para cessar as disparidades, provocada por algo essencial a qualquer país de primeiro mundo, uma Reforma Agrária eficaz, partindo do pressuposto que as minorias, latifundiários, detêm quase todos imóveis rurais, consegue-se entender de onde começaram as raízes das desigualdades sociais.

De acordo com Stedille (2005, p. 107) cerca de 70 mil latifundiários concentram em suas mãos 144 milhões hectares de terras, isto é, uma minoria que representa apenas 3,5% do total de estabelecimentos rurais e detém mais de 60% da área agrícola no Brasil.

Conforme Stedille (2005) para dá sustentação a este abismo que se aloja no Brasil e em diversos países, em especial os subdesenvolvidos, que não foram capazes ainda de

implantar um modelo fundiário justo e eficaz, seja por incapacidade ou conveniência, muitos são os investimentos para que esta enfermidade se prolongue exponencialmente de forma organizada e bem executadas. No Brasil, segundo esse autor:

Os latifundiários e os seus aliados não são simples opositores da reforma: agem organizadamente através de suas entidades, a exemplo do que ocorre na sociedade rural brasileira, federação das sociedades rurais, que dispõem de grande poder econômico-financeiro. Atuam de forma organizada no aparelho estatal, por intermédio de seus representantes, como se revelou por ora da elaboração e legislação do “Estatuto da Terra”. Operam judicialmente, financeiramente, politicamente, e em particular politicamente; usam o poder econômico e extra econômico para corromper partidos políticos e até mesmo quando possível subvencionar, visando aos seus interesses, instituições religiosas, gastando somas enormes arrancadas da exploração desumana dos trabalhadores para enganar a opinião pública e comprar grande imprensa. (STEDILLE, 2005, p.162).

Com a política adotada pelo Brasil, latifundiarista, onde se requer de capital para se ter meios para sobrevivência, fica mais difícil a cada dia para os pequenos produtores explorados pelos grandes latifundiários, de arcar com seus custos e obter itens necessários para sua existência.

De acordo com a extinta Comissão Nacional de Política Agrária (CNPAA), em seu trabalho de habitação nas zonas rurais, editadas em 1956, fez ver que mais de 80% dos trabalhadores rurais vivem em moradias miseráveis sem os mínimos objetos de mobília, sofrendo as endemias, a fome, e tendo como cobertor, na maioria das vezes, trapos. Stedille (2005, p.144) afirma que:

Embora de importância fundamental no ordenamento da ocupação do território nacional, os instrumentos legais impostos pelos governos não favoreceram o surgimento da pequena propriedade, deixando prosperar os grandes imóveis rurais e a concentração da propriedade.

Segundo Stedille (2005, p.149) “Os grandes proprietários de latifúndios violam todas as leis trabalhistas existentes e se opõem tenazmente a qualquer nova legislação em benefício do trabalhador”.

No Brasil o desenvolvimento capitalista fortalece cada vez mais os grandes proprietários de terras, com políticas governamentais federais que beneficiam a concentração de latifúndios agropecuários.

A representatividade política dos latifundiários é muito atuante na homologação de leis que os beneficiam, além da utilização massiva dos meios de comunicação com intuito de burlar os movimentos sociais e cessar os esforços de pessoas subordinadas em mudar suas

condições de vida através da luta por um pedaço de terra, emergindo a cidadania e fazendo com que a terra exerça seu papel fundamental, que emana na constituição Federal do Brasil através da produtividade do solo. Vejamos:

As políticas de incentivos fiscais da SUDENE e Sudam foram instrumentos de políticas econômicas que viabilizaram a chamada modernização da agricultura, fundindo a transição do capitalista industrial e urbano em proprietários de terras, latifundiários. (OLIVEIRA, 2001, p.186).

Na perspectiva de Stedille (2005) existem legislações que tentam amenizar a realidade fundiária injusta no Brasil, através da povoação em áreas demograficamente inabitadas, o que apenas transfere o problema das grandes e médias cidades para as zonas despovoadas da região Norte, por meio de decretos, com base no autor:

O decreto N^o 84.516, de 28 fevereiro de 1980. O GEBAM (Grupo Executivo para a Região do baixo Amazonas) tinha a finalidade de promover e coordenar as ações do governo Federal na margem esquerda do Baixo Amazonas; promovendo e acompanhando projetos de desenvolvimento e colonização da região, além de propor medidas para a solução de seus problemas fundiários. No entanto o que se viu foi que a mesma indústria que foi beneficiada com esta iniciativa, atuava de forma diferencial das demais do país, a exemplo da região Centro-Sul, praticando em suas imensas propriedades agropecuária a “peonagem”, chamada de “escravidão branca”, solidificando ainda mais, a propriedade privada da terra.

A peonagem surgiu na década de 1970 com medidas dos governos militares, que beneficiou o grande empresário nacional e internacional para que se estabelecesse abertura da agropecuária nesta área do baixo Amazonas, criando fazendas que surgiram nesta época com finalidade da pecuária, que carecia de mão-de-obra barata, e a forma de fazer esta exploração de trabalho era o aliciamento das pessoas que foram arremessadas do campo para as periferias das cidades, e estas pessoas vinham em buscas de trabalho nas grandes propriedades, e ao chegar nestas fazendas acumulavam dívidas com seus patrões que não conseguiam pagar tornando-se assim escravos do trabalho que eles desempenhavam, vivendo em situações miseráveis produzindo para o grande proprietário acumulação do capital a partir da criação dos meios de produção, no caso a abertura das fazendas.

Devido à peonagem diversos são os confrontos no Brasil, um dos mais lembrados, o Massacre de Eldorado dos Carajás no sul do Pará, vitimando a morte de dezenove sem terra que ocorreu em 17 de Abril de 1996 no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará, decorrente da ação policial do Estado do Pará. De acordo com a revista Veja (Abril de 1996, p. 132):

Recolhidos num posto do Instituto Médico-Legal de Marabá, os corpos de Eldorado dos Carajás trazem as marcas de um massacre. Manchas roxas informam que tomaram chutes e pontapés, enormes buracos de bala e manchas de pólvora comprovam que foram dados tiros à queima-roupa, membros mutilados e cabeças arrebentadas denunciam uma selvageria além de qualquer razão ou limite. Os homens e as mulheres atacados na floresta, que deixaram sangue e pedaços de cérebro espalhados pelo chão e pela relva, são esses brasileiros chamados de sem-terra, cidadãos que andam descalços, têm as roupas sujas de barro e só costumam ser notícia sob a forma de cadáver.

Na cidade de Eldorado dos Carajás a cruz ficou como símbolo da batalha dos sem terras que revidaram com foices, facões, paus e pedras, o ataque eminente da policia. De acordo com a Veja (Abril de 1996 p. 33):

A polícia tinha ordem até mesmo de atirar do governador Almir Gabriel, ordem que o transformou no promotor do "Carandiru da Amazônia". "Desobstruam a estrada", resultando em varias mortes impunes, onde a maior justificativa dá-se a grilagem de terras.

Os autores Silva (1980) e Castro (1982) ressaltam que, em virtude dos avanços das transformações capitalistas na agricultura, e em resultado de políticas governamentais favorecendo as propriedades de grande porte e acarretando atraso nos pequenos estabelecimentos, "a propriedade da terra tem se tornado cada vez mais concentrada". A relação entre modernização e concentração na distribuição da posse da terra se fundamenta no pressuposto de que as mudanças tecnológicas, por si só, atuam no sentido de estimular o crescimento das firmas. Além disso, no caso brasileiro, admite-se que a forma como foi implementado esse processo e a desigualdade com que foram absorvidas as novas tecnologias, propiciaram condições para a geração de um diferencial de competitividade entre as firmas, com conseqüente eliminação das menos eficientes.

Os investimentos feitos pelo governo Federal para conter a concentração de terras, não foram executados com o êxito necessário do planejado, em uma distribuição de terras igualitária com base no aproveitamento de seu solo e estes dados ficam pertinentes segundo dados do INCRA (1992):

O Brasil possuía 3 114 898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 (2,4%) com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%). Estudos realizados revelam que se o INCRA aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. Dados do INCRA ainda indicavam que 62,4% da área dos imóveis

cadastrados foram classificadas como não produtiva e apenas 28,3% como produtiva.

No ano de 2006 o IBGE utilizou pela primeira vez computadores de mão para utilização de pesquisas censitária. De acordo com o censo agropecuário de 2006:

O Brasil possuía uma área total de 354.865.534 hectares, sendo que apenas 76.697.324 hectares era utilizada para lavoura em 4.745.350 estabelecimentos agropecuários, e 172.333.073 hectares utilizados para pastagens em 2.903.48 estabelecimentos agropecuários, além de 99.887.620 hectares para Matas e Florestas em 2.117.438 estabelecimentos agropecuários.

Comparando os dados do INCRA, 1992 e os do Censo Agropecuário de 2006, percebemos que o Brasil utiliza muito mais suas terras para finalidades diversas, que para prática da agricultura, o que beneficiaria sua população com a produção de mais alimentos e surgimento de novos trabalhos.

Um dos agravantes maiores para concentração de terras no Brasil, além da exclusão do pequeno e médio produtor no mercado agrícola, por não dispor de meios tecnológicos a concorrer com os latifúndios, são os autos endividamentos com bancos através de empréstimos consignados, os quais muitas das vezes não conseguem restituir e, paradoxalmente, latifundiaristas de acordo com os dados divulgados pela Receita Federal referente a 1994: Mostram que entre os proprietários dos imóveis de mil a cinco mil hectares, 59% sonegaram o Imposto Territorial Rural (ITR) e entre os proprietários dos imóveis acima de cinco mil hectares, esta sonegação chegou a 87%.

Esses dados contidos na receita federal mostram que se o governo se impor contra os latifúndios que sonegam impostos (ITR) e desapropriá-lo repassando aos camponeses de forma justa reduziria o numero de tensões e lutas por todo o Brasil.

Todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massa, além de promoverem políticas de Reforma Agrária, deram ênfase à Agricultura Familiar ou agricultura de base como estratégia de garantir o abastecimento de bens agrícolas a um custo baixo, gerando emprego e aumento real do salário dos trabalhadores de baixa renda, fatos que o Brasil ainda não conseguiu sanar.

Apesar da insuficiência de alguns programas do governo brasileiro como o Pronaf (Programa Nacional da Agricultura Familiar), Cooperar entre outros, para os pequenos agricultores através da concessão de créditos, assistência técnica e sistemas de capacitação para gerir seu empreendimento, conforme Oliveira (2001, p. 189):

Os mesmos são responsáveis por mais de 50% da produção de batata inglesa, feijão, fumo, mandioca, tomate, agave, algodão em caroço arbóreo, banana, cacau, café, caju, coco, guaraná, pimenta do reino, uva e a maioria absoluta dos hortigranjeiros. Além de 50% do rebanho suíno, das aves, dos ovos e do leite.

Com base nos dados de Oliveira (2001), os pequenos agricultores com tantas dificuldades que os rodeiam conseguem produzir quase a metade da produção de alimentos agrícolas que são oferecidos pelo mercado brasileiro, e concretiza ainda mais o fato de que se realmente houvesse uma distribuição de terras justa, haveria diversas mudanças na realidade dos que vivem em pequenos imóveis agrícolas, através de uma distribuição de renda mais humana.

Mediante os fatos estudados neste capítulo ficou exposto que o homem detentor apenas da sua força de trabalho sempre foi explorado pelo próprio homem, os quais detêm os meios de riquezas, e apesar das diversas batalhas o pequeno produtor ainda não conseguiu no contexto geral vencer a luta pela terra.

Capítulo 2: A Estrutura Agrária na Paraíba e no Município de Bananeiras/PB

Este capítulo apresentará a Historiografia, História e estrutura Fundiária da Paraíba, relatando a resistência nativa sobre a organização do Estado, com dados Históricos e Geográficos recentes sobre o município de Bananeiras.

2.1 Historiografia e História da Paraíba

A organização do espaço inicial da Paraíba devido à resistência nativa das nações: Tupi, Cariris, Tarairiús só ocorreu quase um século após o “descobrimento” do Brasil, com a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. Conforme Moreira (1997, p. 29):

A submissão do espaço paraibano à dominação colonial foi acompanhada pelo massacre da população nativa, seja através de sua pura e simples eliminação, seja pelos ultrajes a que foi submetida, ou ainda em virtude de doenças que contraiu no contato com o colonizador e da sua participação como aliado nas guerras.

Os indígenas que habitavam a Paraíba na época da invasão viviam geralmente em comunidade praticando a pesca, a coleta, a caça e o cultivo da mandioca, do milho, do fumo e do algodão.

Os nativos da Paraíba assim como os de todo o Brasil foram uma tentativa fracassada de escravização imposta pelos europeus, surgindo daí a então necessidade de uma mão-de-obra para realizar os trabalhos forçados da agricultura e servis, fato que se enquadrou nos negros trazidos da África.

Apesar da presença do escravo negro na conquista e formação da Paraíba, por ideologia conservadoras, historiadores e cronistas coloniais omitiram em seus relatos a participação dos negros trazidos do continente africano, ignorando a contribuição que os mesmo deram para formação civilizatória do território paraibano. Para Leal (1943, p. 45/6):

O negro tão injustamente aviltado no cativeiro foi talvez o elemento predominante da colonização, por ter assegurado o êxito das explorações agrícolas com o seu trabalho e auxiliado o povoamento da terra com o

contingente de produtos humanos, resultado de seu conúbio com a mulher nativa.

A omissão da força negra na conquista e formação do espaço paraibano por alguns cronistas que relataram à Historiografia da Paraíba ganha vida nas palavras de Vieira (1956, p.143).

Foram eles que derrubaram matas, construíram cidades, engenhos, desenvolveram a agricultura, plantaram canaviais, facilitando a fortuna dos senhores que se iam congregando para constituir a primitiva sociedade brasileira.

Conforme Aquino (1980, p. 197/8) os escravos eram indivíduos sem nenhum tipo de direitos humanos divididos em dois grandes grupos: “os escravos domésticos e os escravos do campo”.

Os escravos domésticos avessos aos serviços hostis dos escravos do campo viviam na casa grande, realizando os trabalhos mais leves e menos estafantes sendo mais bem alimentados e melhor cuidados e vestidos. Conforme Mello (1988, p. 34).

Os escravos utilizados para trabalhar nas casas dos senhores de engenho eram negros oriundos de Guiné até Serra Leoa e do Cabo Verde, não são muito trabalhadores, mas são limpos e vivazes, especialmente as mulheres.

Desse modo, com as interpretações dos detentores do poder para com as culturas dos povos explorados foram criadas estruturas difíceis de serem quebradas até os dias atuais como veremos no tópico seguinte.

2.2 Estrutura Agrária na Paraíba

A estrutura agrária da Paraíba há séculos vem sofrendo transformações pelo homem, que procura através da mudança de paisagem, seja ela rural ou urbana, sua melhor adaptação, buscando na terra uma forma de sobreviver.

Para Moreira (1997, p. 25) o espaço paraibano não constitui uma realidade homogênea, dada e acabada, mas um produto heterogêneo da ação diversificada do homem sobre a natureza.

Com estas mudanças que o homem vem realizando não só sobre a estrutura agrária da Paraíba, como em um âmbito geral percebe-se que o campo se tornou no imaginário popular como algo arcaico, atrasado e inviável. Essa concepção faz com que os filhos das pessoas que ali foram criados procurem a modernidade dos grandes centros econômicos. Estes fatos se explicam no quadro seguinte.

Dados Estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	169 667	199 987	167 485	203 277	146 539	167 477
Área total (ha)	4 582 830	4 736 225	4 906 465	4 872 094	4 109 347	3 750 206

Utilização das terras (ha)

Lavouras	1 181 862	1 141 061	1 380 662	1 229 195	640 874	704 690
Pastagens	2 056 596	1 969 250	1 819 075	1 981 566	1 851 934	1 997 909
Matas e florestas	505 558	733 328	808 445	766 365	691 925	1 167 936
Pessoal ocupado	584 656	799 632	648 607	763 963	479 987	489 403

Tabela 1: Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários Paraíba - 1970/2006.

Fonte: IBGE (2006)

Como vimos na tabela 1 entre os anos de 1970 a 2006 a área destinada aos estabelecimentos agropecuários tiveram uma queda de aproximadamente 18%, e a área destinada para lavouras em 1970 representava 26% de sua área total, e em 2006 este número caiu para 19%.

Estes dados dão conta que a área destinada para produção agrícola com o decorrer do tempo está se restringindo e fazendo com que haja uma necessidade de uma política eficaz para sanar este problema tão vivaz nos dias atuais.

O estado da Paraíba visto na tabela 1, assim como outros estados brasileiros têm em seus números os disparates que a má distribuição de terras pode provocar, ocasionando um abismo social através da miséria em que vive grande parte da sua população, estes disparates englobam: analfabetismo, mão de obra desqualificada, formações de favelas, baixa expectativa de vida para sua população e etc.

Ainda como revela a tabela 1, em 1970 cerca de 45% de suas terras eram destinadas a pastagens e em 2006 este número passou a ser aproximadamente 53%.

É pouco compreensível como em tempos modernos aos quais estamos inseridos ao meio da descoberta e inovação tecnológica a área destinada a pastagens seja superior a área destinada à lavoura, mostrando que o Brasil de poucos, dentre eles os poderosos detentores dos meios de riquezas estão mais interessados na engorda de animais a bens necessários a sobrevivência humana.

Os dados pesquisados pelo IBGE através do censo 2010 mostram que a Paraíba apesar de apresentar uma taxa de crescimento anual de 0,90% em sua população e ser um estado destinado à produção de bens agrícolas utiliza maior parte de suas terras a pastagens, isto se explica a concentração dos latifúndios, que estão fazendo com que o pequeno produtor do campo migre à procura de sua sobrevivência nas cidades.

2.3 Histórico de Bananeiras/PB.

Bananeiras é um dos municípios do Brejo Paraibano ao qual atende uma grande demanda de turistas, pela sua exuberante vegetação e clima ameno, fato que vem atraindo diversos tipos de públicos à região, até mesmo servindo de empreendimentos imobiliários ao capital estrangeiros, que encontrou em seu clima serrano um negócio rentável.

Por ser uma das cidades mais antigas da região, Bananeiras apresenta em seu conjunto arquitetônico diversos casarios históricos colaborando com o desenvolvimento turístico de toda a microrregião do Brejo Paraibano. De acordo com o site do IBGE Cidades³:

A colonização das terras do atual Município de Bananeiras iniciou-se na segunda ou terceira década do século XVII. Dentre os primitivos povoadores do lugar destacam-se os nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo, moradores em Mamanguape, aos quais foram concedidos sesmarias, em 1716. Até 1822, Bananeiras pertenceu à jurisdição da vila de São Miguel da Baía da Traição, passando em seguida ao termo de Areia. Em virtude do seu desenvolvimento, foi criada a freguesia, em 26 de maio de 1835, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento. A Resolução do Conselho do Governo datada de 9 de maio de 1833 criou o Município de Bananeiras, verificando-se sua instalação em 10 de outubro do mesmo ano. O distrito foi criado pela Lei provincial nº 5 de 26 de maio de 1835. A Lei provincial nº 690, de 16 de outubro de 1879, concedeu foros de cidade à sede municipal.

Conforme o censo 2010, Bananeiras possui uma população de 21.854 habitantes, ainda com base em informações coletadas pelo IBGE, o município apresenta uma base Territorial de aproximadamente 258 km².

Bananeiras destaca-se por ser um município agrícola, e por apresentar um diferencial em relação à grande maioria dos municípios paraibanos, o índice populacional rural é maior que a população urbana, fatos que confirmam que se houver um confinamento maior da população no campo, com meios de acompanhamento por parte das autoridades haveria mais empreendimento de trabalhos agrícolas resultando em um maior número da produção agrícola para sua população.

³ Vide: www.ibge.gov.br/cidades

2.4 Tensões pela posse da terra no município de Bananeiras/PB.

Conforme Moreira (1997) no município de Bananeiras sempre houve por meio de fazendeiros intensas disputas que acabava em tentativas de expulsar os trabalhadores das propriedades arrendatárias, especialmente a partir dos anos de 1980, utilizando artifícios judiciais, força policial e forças clandestinas de capangas e jagunços.

As tentativas de expulsar os trabalhadores arrendatários tornou-se uma tensão social entre proprietários e os trabalhadores que lutavam por seus direitos e que a função social da terra passasse a ser cumprida.

Segundo Moreira (1997) diversas foram às vezes as quais fazendeiros com auxílio de capangas, jagunços e até mesmo da polícia ameaçavam e molestavam os posseiros que resistiam em ficar em suas terras, com isso eram constantes as invasões e destruições das pequenas áreas de terras utilizadas para as culturas de milho, feijão, fava além de outros produtos agrícolas subsistentes.

Ainda de acordo com Moreira (1997, p. 548): “os movimentos de desapropriação em Bananeiras sempre foram constantes entre os anos 80 e 90, sendo que uns até hoje não foram solucionados”

Resumindo os dados contidos, há uma amostra de valores que a terra apresenta, quanto ao proprietário ao qual a valoriza pela plantação de pastagens destinada a atividade pecuarista, quanto ao arrendatário que busca na terra a essência da sua sobrevivência, além da crescente atividade do turismo que o município de Bananeiras vem apresentando devido ao clima ameno.

No próximo capítulo aprofundaremos a discussão sobre o campesinato e suas práticas em Bananeiras tomando como estudo de caso o Assentamento Nossa Senhora de Fátima.

Capítulo 3: Práticas Camponesas no Assentamento Nossa Senhora de Fátima

Este capítulo tem como finalidade mostrar os benefícios e as dificuldades enfrentadas pelas famílias que vivem no Assentamento Nossa Senhora de Fátima após ter conseguido a concretização do processo de territorialização, através da mobilização inicial de 97 agricultores. Os dados aqui apresentados foram obtidos por meio de questionários realizados na comunidade onde os assentados relatam quais são as características da comunidade e o que esta representa para eles.

3.1 Localização e Caracterização do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.

O Assentamento Nossa Senhora de Fátima fica em uma área localizada no município de Bananeiras/PB, todavia está mais acessível à cidade de Belém/PB, no Brejo Paraibano e Microrregião de Guarabira. Conforme dados preliminares do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA (2010), respectivamente: “os centros mais próximos distam 07 km da cidade de Belém, 32 km da cidade de Guarabira, 14 km da cidade de Bananeiras, 90 km da cidade de Campina Grande e 127 para capital João Pessoa”.

A representação/localização do Assentamento Nossa Senhora de Fátima está descrito na figura que se segue, da Paraíba.



Figura 3: Localização do Assentamento Nossa Senhora de Fátima
 Fonte: IBGE (2005) *apud* PDA (2010).

Ainda baseados em dados preliminares da pesquisa do PDA (2010) citado no parágrafo anterior, o qual era uma exigência antiga dos assentados ao poder público municipal e estadual, consegue-se observar os seguintes dados:

Denominação do imóvel:	Fazenda Lagoa Dantas
Denominação do Assentamento:	Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima
Data do Decreto de Desapropriação:	07/11/2005
Data da Emissão de Posse:	20/12/2005
Data e número da Portaria de Criação do Projeto de Assentamento:	Portaria: 041 – 20/12/2005

Tabela 2: Caracterização do Assentamento Nossa Senhora de Fátima
 Fonte: Laudo Preliminar do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, 2010.

Em entrevista com a secretária da Agricultura da cidade de Belém/PB, Maria Verônica Lins monitora do trabalho de acompanhamento no assentamento pesquisado devido ao fato da proximidade do município de Belém/PB com os camponeses, os quais em sua maioria são belenenses e assistidos pelo mesmo município. A mesma revela os seguintes itens do PDA (2010) da localidade:

- I - O assentamento Nossa senhora de Fátima possui uma área de 381,3 ha, sendo 100% registrada.
- II - Área requerida na lei de Reserva Legal (20% da área registrada ou medida, devendo sempre adotar a que for maior): 76 ha.

- III - Área efetiva de Reserva Legal (Área total planejada para destinação como Reserva Legal): 82,3 ha.
- IV - Área requerida na lei de preservação permanente: 58,3 ha.
- V - Área efetiva de preservação permanente (preservada): 51 ha.
- VI - capacidade de assentamento do imóvel em termos de família: 42.
- VII - Áreas médias das parcelas agriculturáveis: 5 e 7 ha.

Alguns desses dados mencionados pela secretária da agricultura da cidade de Belém podem ser vistos na placa em ruína exposta em um dos acessos à comunidade dos assentados na rodovia PB 73, após a Cerâmica Santa Helena na saída de Belém/PB com destino Tacima/PB. Vejamos a foto da placa abaixo.



Figura 4: Acesso principal ao Assentamento.
 Autora: Maria Edileuza Porpino dos Santos.
 Fonte: Pesquisa de Campo (19/03/2011).

Devido a fatores climáticos, mal pode ser lida a nomenclatura da placa: “Assentamento Nossa Senhora de Fátima, 42 Famílias assentadas em 381 ha, CPT 07, Comissão pastoral da Terra” (vide figura 4).

Para se ter idéia como a presença de Belém está presente no Assentamento Nossa Senhora de Fátima, vejamos alguns dos dados da pesquisa do assentamento, PDA (2010) contidos no departamento de informações da Secretaria Municipal de Belém de acesso público. Como mostra o quadro que se segue:

Entidade	Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima
CNPJ	03540174/0001-35
Endereço	PA Nossa Senhora de Fátima
CEP	58.220-000/ 58.255-000
Cidade	Bananeiras

Tabela 3: Endereçamento postal do Assentamento.

Fonte: Laudo Preliminar do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima.

Ao analisar a Tabela 3, averigua-se que o assentamento quando é mensurado sobre o Código de Endereçamento Postal (CEP) apresenta uma variação entre dois CEPs para a mesma localidade, este indicativo é explicado porque os moradores do assentamento não disponibilizam da entrega de correspondência em seus domicílios, ficando sob suas responsabilidades pegar as mesmas nas agências dos correios, e como Belém/PB é bem mais próximo da localidade do que Bananeiras/PB, as correspondências vêm endereçadas a Belém.

3.2 Conflitos pela posse de terras na microrregião do Brejo Paraibano e no município de Bananeiras/PB.

A luta pela terra no Brasil foi intensificada a partir dos anos de 1980, com a implementação da nova Constituição Brasileira, até 2006. Vejamos alguns números na tabela abaixo do Brasil dividido por Regiões.

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
Brasil	8.128	100,00	1.156.408	100,00
Norte	768	9,45	104.740	9,06
Nordeste	3.053	37,56	414.098	35,81
Centro-Oeste	1.112	13,68	186.232	16,10
Sudeste	2.133	26,24	280.998	24,30
Sul	1.062	13,07	170.340	14,73

Tabela4: Brasil – Números de ocupações e de famílias por Região – 1988 – 2009. Adaptado de: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera, acesso em: 25 de março de 2011. Organização: Jean Jerdson Pereira.

Observando o quadro acima se percebe que o Nordeste é a região com o maior número de ocupações e o maior número de família assentadas. Conforme o Atlas da Questão Agrária no Brasil⁴(2006):

As áreas ocupadas são principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas tenham sido desrespeitadas. De

⁴ Para maiores informações acessar <http://www.AtlasdaquestaoAgrariaBrasileira.com.br>

modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da função social da terra, definida no artigo 186(27) da Constituição Federal.

A microrregião do Brejo Paraibano, onde está inserido o município de Bananeiras não teve nenhum conflito com um grau tão elevado de violência que ocasionasse chacinas, o que não exume as tensões de menor intensidade. Segundo dados do PDA (2010) do Assentamento Nossa Senhora de Fátima:

Os conflitos de terra na microrregião onde o município está inserido não são muito fortes, talvez pelo fato da maioria dos estabelecimentos da região estar enquadrados como pequenos e sendo classificados como unidades de agricultura familiar. De acordo com levantamento feito junto aos movimentos da região, constatou-se que existe apenas um acampamento 01(um) de sem terra no município de Tacima (Campo de Santana)-MST, 01 (um) no município de Solânea- MST e 01 (um) Caiçara- MST.

No município de Bananeiras houve diversas tensões como, por exemplo, as que aconteceram nas Fazendas Boa Vista, Riacho São Domingos, Sapucaia, São José, Lagoa do Matias, Jatobá, Carvalho, Baixa Verde e Engenho Manitu. Sobre os conflitos em Bananeiras o que teve mais ênfase foi o da fazenda Sapucaia, conforme Moreira (1997, p. 548):

É importante destacar que, em 1989, além de o conflito antigo não ter sido resolvido, a fazenda sapucaia foi ocupada por trabalhadores do Movimento dos Sem Terra (MST), que foram expulsos pela polícia, tendo, nesse episódio, ocorrido a morte de uma criança de cinco meses, Luzia Brito, que, segundo denuncia contida no jornal O Norte de 11/04/1989, após cair do colo da mãe, quando tentava fugir da ação policial, teve morte imediata.

Em pesquisa de campo realizada no Assentamento Nossa Senhora de Fátima em entrevista com o senhor Severino de Sousa⁵este nos contou que no final do ano de 1996, o senhor Maurício Gama de Araújo proprietário das terras onde se localiza o assentamento falou para os assentados antes mesmo de preparar a terra para o ano seguinte: “vocês vão plantar no inferno”, daí então houve uma mobilização de 97 agricultores pela ocupação das terras onde os mesmos há anos trabalhavam com a agricultura.

Segundo a Senhora Maria de Nazaré Jerônimo⁶, houve diversos conflitos no Assentamento após a ocupação, onde capangas do proprietário das terras cortaram as cercas para que o gado comesse as plantações cultivadas pelos agricultores, além de diversos tiros disparados na área para intimidar e coagir as famílias que se instalaram na localidade, apesar

⁵Ex-presidente da associação do assentamento e trabalhador da área desde os anos de 1960. Tem 65 anos, é casado e semianalfabeto como quase todos os chefes de famílias da localidade analisada.

⁶Tem 75 anos, é aposentada e viúva.

das dificuldades os trabalhadores que doaram parte de suas vidas por estas terras obtiveram êxitos com a posse em 2005.

Ainda estão presentes no Assentamento lembranças do início da ocupação como mostra a figura abaixo:



Figura 5: Uma das primeiras residências construída após a ocupação.

Autora: Maria Edileuza Porpino dos Santos.

Fonte: Pesquisa de Campo (19/03/2011).

No início da ocupação muitas casas eram até mesmo construídas de lonas e outras como as da Figura 5, de taipa coberta de telhas, opondo-se as da Figura 6 construídas pelo INCRA:



Figura 6: Uma das casas construídas após a distribuição dos lotes do assentamento pelo INCRA, que serve como escola para as crianças e sede da associação do assentamento.

Autor: Jean Jerdson Pereira.

Fonte: Pesquisa de Campo (19/03/2011).

O senhor José de Sousa lembra: “muitos companheiros viveram pouco tempo após a nossa vitória, mas antes de morrer compartilharam conosco a alegria de possuir nosso pequeno pedaço de terra”, e enaltece principalmente o senhor Manuel Benedito Jerônimo (falecido) um de seus companheiros, que viveu intensamente o sonho de conquistar o direito de produzir e viver nas terras onde trabalhava.

A Figura 7, do saudoso Manuel Benedito Jerônimo, mostra em sua face a imagem do trabalhador agrícola desgastado pelo trabalho áspero do dia-a-dia de qualquer agricultor pobre do Brasil. Hilda Maria Pereira 46 anos, filha do mesmo, cita algumas das dificuldades vividas pelo mesmo, como fome na infância e no final da vida um longo período de enfermidade até chegar a óbito, mas nunca se revoltando contra Deus e sempre pregando a união entre todos que o conhecia.



Figura 7: Camponês que lutou até os últimos dias de sua vida pelo assentamento.

Autor: Jean Jerdson Pereira.

Fonte: Pesquisa de Campo (19/03/2011).

3.3 Práticas Agrícolas e as mudanças ocorridas na vida dos camponeses do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.

Na comunidade Nossa senhora de Fátima a agricultura praticada pelos camponeses consiste nas técnicas tradicionais, onde prevalece o cultivo do milho e do feijão, culturas temporárias que repercutem na alimentação e na renda dos assentados. Conforme Andrade (1986, p. 77):

O milho e feijão se constituem em dois alimentos básicos da população brasileira, embora o primeiro venha sendo, nos últimos anos, transformado também em produto de exportação. No Nordeste eles continuam a ser cultivados visando ao abastecimento dos próprios agricultores, sendo os excedentes vendidos nas feiras das cidades e vilas do interior e nos centros urbanos próximos à área produtora.

Com menor expressividade são cultivados também no assentamento: o inhame, pinha, cana de açúcar, batata, mandioca, caju, seriguela, umbu e acerola, sendo a cultura da mandioca a de maior potencial após a do milho e a do feijão, alguns agricultores

comercializam o excedente da mandioca a atravessadores da cidade de Belém/ PB, por um preço bem abaixo do seu valor real.

O senhor Luís dos Santos de 38 anos, casado, filho da saudosa Severina Vieira uma das pioneiras na luta pela ocupação do assentamento, mora no assentamento a cerca de três anos, após a morte de sua mãe. O mesmo conta que cultiva: milho, feijão, fava, mandioca e capim para criação de 3 vacas e 2 bezerros.

Quando indagado sobre o que a agricultura familiar mudou em sua vida depois que veio morar na comunidade, Luís dos Santos foi enfático em dizer que mudou quase 100%, dizendo: “aqui tenho tranquilidade, com meu trabalho e Deus na minha vida nunca me faltou o que comer, trabalho na roça e completo minha renda com a venda de leite em Belém e não pretendo morar em lugar algum se não aqui”.

O assentamento representa para os assentados uma forma justa de reconhecimento pelos trabalhos realizados para formação do nosso país. As mudanças percebidas são melhorias na qualidade de vida das pessoas que antes nem tinham onde morar e após a ocupação e a conquista do assentamento fazem uso de suas parcelas de terras para sua sobrevivência.

No assentamento a assistência social do governo que abrange a maior parte das famílias é o Bolsa Família, programa social federal que de acordo com o MDS⁷:

Foi criado para apoiar as famílias mais pobres e garantir a elas o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. O programa visa a inclusão social dessa faixa da população brasileira, por meio da transferência de renda e da garantia de acesso a serviços essenciais. Em todo o Brasil, mais de 11 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

Todos os dias da semana o senhor Luís dos Santos comercializa seu leite produzido por suas vacas e complementado com a produção de seus vizinhos que o repassam para a revenda. A Figura 8 mostra o agricultor se preparando para sair do assentamento a cidade de Belém para comercialização de seu produto.

⁷ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para maiores informações acessar <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.



Figura 8: Agricultor preparando-se para comercializar seu leite produzido no assentamento.
Autor: Jean Jerdson Pereira.
Fonte: Pesquisa de Campo (19/03/2011).

Para o senhor José Ildo Joaquim, 42 anos, o assentamento necessita ainda de diversas melhorias como um acompanhamento técnico mais presente na comunidade para um melhor desenvolvimento da agricultura e revela que a falta de segurança já ocasionou diversos furtos de animais até mesmo a luz do dia, o mesmo fala que deveria ter na região do assentamento a patrulha rural para dá segurança a população ocupada.

A assistência técnica presente no assentamento é feita basicamente pelo município de Belém/PB, apesar de existir uma lamentação dos assentados em não poder participar do desenvolvimento local sustentável através Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela falta de cooperativa para vender o excedente, que faria com que a margem dos preços dos bens agrícolas fosse maior referente aos preços negociados a atravessadores, quanto aos lucros sobre os produtos comercializados não há estimativa com exatidão.

No assentamento não há posto médico, o atendimento prestado aos assentados se faz pela prefeitura de Bananeiras/PB, com a visita mensal de clínico geral e odontólogo em veículo móvel de saúde, a ausência de posto médico na localidade faz com que as pessoas dos assentamentos utilizem os serviços médicos de Belém/PB e apesar do uso de agrotóxicos dos camponeses, sem proteção não se tem dados concretos de casos de complicação de saúde pelo uso dos inseticidas utilizados na lavoura.

Em suma este capítulo mostra a satisfação do pequeno agricultor de trabalhar em parcelas de terras de sua propriedade obtida de forma justa e conforme seus direitos,

mostrando que a distribuição de terra ameniza a pobreza para quem tem vontade de trabalhar e modifica a qualidade de vida dos ocupantes dos assentamentos.

Considerações Finais

O estudo realizado no Assentamento Nossa Senhora de Fátima retratando o meio de vida dos camponeses concretiza a ideologia, a qual se houver uma política destinada à Reforma Agrária gradativa que abranja as camadas sociais menos favorecidas cessaria diversos indicadores negativos da sociedade brasileira, frutos do crescimento exacerbado de latifundiários que minam as pequenas propriedades e incham as grandes e médias cidades que recebem diariamente milhares de trabalhadores rurais que se refugiam em localidades sem as mínimas condições básicas, tais como: saneamento, disposição de serviços públicos, assim como favelas onde se lançam a sorte até mesmos de receber uma bala perdida após um dia cansativos de trabalho, fato itinerante a diversos brasileiros que são obrigados a deixar os serviços agrícolas seja por falta de terras, estiagens prolongadas ou por submissão dos governos em não praticar assessoramento mais apurados aos pequenos agricultores.

A idéia da qual a posse da terra sempre foi municiada pelas camadas opressoras que escravizaram de forma aterrorizante seres humanos subalternos com blindagem de latifúndios ficam claro com base nas palavras de Stedille (2005) quando apenas em 1960 foi realizado o primeiro debate de ideais e teses sobre a propriedade e uso da terra.

A centralização da terra produto do sistema que hoje vigora não só no Brasil, mas como em todo mundo subdesenvolvido, é responsável pelos altos índices das negatividades presentes nos países de terceiro mundo onde há uma má distribuição de renda, coagindo massivamente a classe pobre com o único intuito de fazer valer a posse de uma minoria (ricos) que se vale de todos os recursos, sejam eles políticos, manobras judiciais ou até mesmo a força exagerada em pró de se manter no poder.

Os camponeses apesar de sofrerem preconceitos quando são qualificados como invasores até mesmo pelas camadas sociais menos favorecidas, que são manipuladas por expressões preconceituosas divulgados nos meios de comunicações representados pelos grandes proprietários de terras, as quais muitas são tidas como improdutivas resistem de forma heróica ao sistema agrário centralizador.

Com a pesquisa realizada no Assentamento Nossa Senhora de Fátima em entrevista com alguns chefes de família da localidade, ficou expresso à força de vontade dos camponeses do assentamento em lutar pela sua dignidade, através do trabalho cansativo e

paciente que a agricultura impõe, pois muitos camponeses têm uma jornada de trabalho acima de 10 horas diárias acarretadas pela ocupação agrícola e criações de alguns animais para sua subsistência, nem mesmo as dificuldades climáticas a exemplo do ano de 2010 que resultou na perda total dos bens cultivados, onde os mesmos esperando a chuva se defrontaram com um ano de estiagem tendo todos os reservatórios de água secos e seus animais sofrendo com a falta de pastagens tira dos camponeses a esperança de um ano seguinte melhor.

A humildade e receptividade dos camponeses do assentamento ao me receber para os questionamentos de como agricultura familiar se faz presente na comunidade, foi uma experiência totalmente oposta ao trabalho censitário de 2010 no qual desempenhei o cargo de supervisor na zona urbana da cidade de Belém/PB onde houve resistência de algumas pessoas em nos passar os dados pesquisados. Os agricultores tiveram prazer em revelar suas batalhas, não escondendo suas dificuldades econômicas antes de ocupar seus lotes no assentamento, o que não o desqualificou nem foi motivo para deixar de ser honesto e crente que “plantando Deus ajuda”, dando lição de civismos adjetivo que vem sendo minguido ironicamente pelo sistema que tirou do homem a capacidade de ter irmandade e tornou-o em apenas um consumidor.

Os camponeses da área avaliada deixam uma grande lição de vida, a qual para ser feliz não é preciso aquisição de vários bens, pois dá para ver em seus olhos o brilho quando a chuva cai renovando a esperança de um ano com muitas faturas, para estas pessoas o que importam não é o parecer, não são status aos quais muitos lutam na vida corrida de dois ou mais empregos, o que eles desejam é produzir para saciar de início suas necessidades e exemplar seus filhos mesclando o trabalho da agricultura com a escola. Conforme o senhor José de Sousa muitos agricultores são analfabetos, porque antigamente havia um preconceito e resistência de seus pais em que não estudassem e apenas trabalhassem no campo, fato que vem cessando com uma melhor conscientização até mesmos dos agricultores que não desejam para seus filhos a mesma sorte que obtiveram.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

AQUINO, Aécio Villar de. – “Paraíba” – Século I: Aspectos antropossociais do início da colonização. In: **RIHGP**, vol. 24, J. Pessoa, Editora da UFPB, 1986.

Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010 – Disponível em <http://www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 12 de fevereiro de 2011.

CASTRO, P. R. de, Barões de boias-frias: Repensando a questão agrária no Brasil, São Paulo, CEDES/APEC, 1982.

COSTA, EmiliaViotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difel, 1966.

Eldorado dos Carajás, Brasil 17 de abril de 1996 – Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital>. Acesso em 10 janeiro de 2011.

FIABANI, Aldemir – **Mato, palhoça e Pilão: O quilombo da escravidão às comunidades remanescente (1532-2004)**. São Paulo: Expressão popular, 2005. 424 p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da questão Agrária Brasileira, - A luta pela terra e sua conquista**. <http://www.AtlasdaquestãoAgrariaBrasileira.com.br>. Acesso em 12 março de 2011.

IBGE – Informações dos Municípios. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de Março de 2011.

LEAL, José. – “o que dizem pudicos cronistas”. In: **Este pedaço de Nordeste**. J. Pessoa: A União Editora, 1943.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura S.A, 1968.

MARTINS, J. de S. **Para compreender e temer a exclusão social**. Vida Pastoral, Ano XLV, n^o. 239. São Paulo: Editora Paulus, novembro-dezembro de 2004, p. 3-9.

MELLO, José Otávio de Arruda. **A escravidão na Paraíba - Historiografia e História (Preconceitos e, racismo numa produção cultural)**. João Pessoa: A União, 1988.

MOREIRA, Emília, **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos Avançados**, nº 15, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br>.

PDA, Plano de Desenvolvimento do Assentamento Nossa Senhora de Fátima, 2010. Disponível na secretaria da Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Belém/PB.

PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. **História e Vida:** Brasil da pré-história a Independência. São Paulo: Ática, 1995.

PINSKY, Jaime, 1939 - Jaime Pinsky. **A escravidão no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, G. L. S. da. Investimento na Geração e Difusão de Tecnologia Agrícola no Brasil, São Paulo, IEA/ Secretaria da Agricultura, Relatório de Pesquisa 02/80, 1980.

STEDILLE, João Pedro (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional- 1500- 1960.** São Paulo: expressão popular, 2005.

_____. **A questão Agrária no Brasil:** O debate na esquerda 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 320p.

VIEIRA. Eudésio. **Pontos de História do Brasil.** João Pessoa: Gráfica comercial Ltda, 1956.

Anexos

Universidade Estadual da Paraíba.

Local do Trabalho de campo: Assentamento Nossa Senhora de Fátima, Bananeiras – Paraíba.

Período da realização das entrevistas – Fevereiro e Março de 2011.

Elaboração: Jean Jerdson Pereira / Maria Edileusa Porpino dos Santos.

Orientadora: Professora Mestre Alecsandra Pereira da Costa Moreira.

Entrevistador (a): _____

Data: ___/___/___

ROTEIRO GERAL

1 - Elementos de identificação do entrevistado:

1.1 Nome:

1.2 Sexo:

() Feminino Masculino ()

1.3 Naturalidade:

1.4 Idade:

1.5 Grau de escolaridade:

2 – Trajetória do assentado no assentamento.

2.1- Há quanto tempo mora no assentamento?

3 - Onde morava antes de adquirir seu lote de terra no assentamento? Qual atividade você exercia?

4 - Qual é a História do assentamento?

5 - Quais são os produtos plantados na sua parcela? São comercializados?

6- Que tipos de animais são criados?

7- Há assistência técnica? De onde?

8- O senhor (a) comercializa os produtos em uma feira ou a partir de atravessadores?

9- Quais são as maiores dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos?

10- Quanto ganha com os produtos vendidos?

11- Participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?

12- Existe assistência a saúde no assentamento? Há postos de saúde nas proximidades? Qual é a periodicidade do atendimento médico?

13- De que forma o poder público municipal auxilia no processo de melhorias no assentamento?

14- Qual é o significado do assentamento na sua vida?

15- Que mudanças aconteceram na sua vida após a concretização do território do assentamento?

17- Quais as melhorias que os assentados buscam junto a programas de governo?

18- O senhor (a) utiliza agrotóxicos na sua produção? Já enfrentou algum problema de saúde por conta do uso inadequado de produtos (sem roupas apropriadas e/ou por uso em excesso e/ou por reaproveitamento de embalagens)?
